

TODOS À ASSEMBLEIA MAGNA

HOJE, 16 H, GIL VICENTE

Realiza-se hoje uma Assembleia Magna, no Teatro de Gil Vicente pelas 16 horas, onde se irá discutir e concretizar pontos, na sua grande maioria, já amplamente debatidos em anteriores Assembleias Magnas.

A ordem do dia da Assembleia Magna será:

1ª - Princípios do M.A. e funcionamento da AAC

a) Aparelho Técnico

b) Instalações da AAC - Gil Vicente

c) Problema do Quorum

2ª - UNEP

As discussões já realizadas permitiram um esclarecer das diferentes posições perante as propostas apresentadas, uma clara demarcação das forças em presença e dos interesses que elas representam, pelo que esta reunião deverá ter um carácter essencialmente deliberativo, sendo de evitar discussões estérteis, repetitivas e desmobilizadoras.

A importância desta assembleia resulta da urgência em definir claramente e sem ambiguidades o modo de utilização do aparelho técnico instalações associativas, pertença de todos os estudantes, modo de funcionamento das Assembleias Magnas, nomeadamente num momento em que se encontram poucos estudantes em Coimbra, e do iniciar duma ampla discussão sobre uma das principais tarefas que se colocam aos estudantes portugueses: A construção da UNEP.

A acção sabotadora divisionista e provocatória de indivíduos que pretendem substituir a sua actuação e métodos à actuação das massas estudantis, as suas decisões às decisões dos estudantes, há que responder com firmeza, tanto mais que também se colocam como tarefas prioritárias problemas como o funcionamento da AAC e a estruturação sindical nas faculdades e superlotação das escolas, que não poderão ser resolvidos antes de profunda e alargada discussão junto das massas estudantis.

Neste sentido e no seguimento das posições defendidas nas anteriores Assembleias Magnas, a D.G. da AAC apresenta à próxima Assembleia as seguintes propostas:

1ª PROPOSTA

O Movimento Associativo dos Estudantes Portugueses constitui um bastião de luta antifascista nas escolas.

Avançando objectivos colectivamente definidos à prática os estudantes constituíram em torno das Associações e das organizações nas faculdades e cursos um poderoso movimento unitário.

Foi no respeito pelo princípio do apartidarismo e do exercício da democraticidade a todos os níveis, que as AA EE se tornaram na única força representativa e mobilizadora dos estudantes na sua globalidade.

Hoje os estudantes devem continuar a defender o carácter unitário do seu movimento, colocando-o ao lado das massas trabalhadoras e ao serviço das grandes transformações democráticas da sociedade portuguesa.

Assim os estudantes de Coimbra reunidos em Assembleia Magna clarificando certos pontos da sua prática associativa, decidem:

1- Reafirmar a sua fidelidade aos princípios por que se rege o Movimento Associativo (UNICIDADE, DEMOCRACIA, REPRESENTATIVIDADE, APARTIDARISMO e ARRELOGIOSIDADE), pelos quais se pauta o programa associativo votado pela Academia e toda a actuação da Direcção Geral.

2- No que se refere ao aparelho técnico e informativo da AAC entende-se que este é pertença dos estudantes de Coimbra no seu conjunto e está ao seu serviço e ao serviço das suas estruturas representativas:

ASSEMBLEIA MAGNA ;
DIRECÇÃO GERAL;
ASSEMBLEIAS DE FACULDADE, DE SECÇÃO e DE CURSO e todas as estruturas eleitas por essas assembleias e que perante ela respondam;
SECÇÕES DA AAC;
ORGANISMOS AUTÓNOMOS;

e todas as estruturas que se possam considerar como representativas, nomeadamente os estudantes convocadores duma Assembleia Magna.

O aparelho técnico da AAC poderá ainda ser utilizado para apoio a outras estruturas democráticas estudantis, tais como escolas e Associações do Ensino Médio e Secundário, Casa de Estudantes de Colónias, etc; ou ainda as solicitações da Mesa da Assembleia Geral nomeadamente para publicações de propostas que irão ser apresentadas em próximas Assembleias Magnas.

2ª PROPOSTA

Os princípios básicos do Movimento Associativo, designados por democraticidade e representatividade implicam e exigem necessariamente o acesso das grandes massas de estudantes à definição das linhas gerais porque se há-de orientar o seu movimento associativo unitário.

Considerando-se que grupos ditos de "vanguarda" ou minorias activas não devem sob pretexto nenhum pretender ultrapassar-se aos estudantes aparecendo em seu nome a definir e a aprovar processos de trabalho e linhas de actuação.

E considerando ainda que a manutenção do quorum é a garantia de que nenhuma decisão de interesse vital para os estudantes poderá ser tomada nas suas costas e sem a sua participação efectiva.

Os Estudantes de Coimbra em Assembleia Magna decidem que é necessário defender o prestígio e a capacidade deliberativa das Assembleias Magnas como órgão máxima da Academia, conservando-se a exigência do quorum mínimo de 10% dos estudantes da Universidade para o seu funcionamento.

SOBRE A DEMISSÃO DE 2 ELEMENTOS DA DIRECÇÃO

POSIÇÃO DA D.G. da A.A.C.

Justificando a sua atitude na base de incompatibilidades políticas inultrapassáveis com o programa associativo actualmente em vigor, que até agora aliás haviam aceite, manifestaram à direcção o desejo de se demitirem dois elementos dos corpos gerentes da A.A.C..

Colegas de trabalho durante vários meses desde o início de formação da lista candidata às eleições associativas de Maio e da preparação do respectivo programa em cuja elaboração aliás também colaboraram, Augusto Gil e Chico Carrilho decidem agora afastar-se dos seus cargos não por que entendam que a Direcção se desviou do cumprimento dos seus objectivos programáticos, mas sim porque eles próprios hoje têm diferentes posições políticas relativamente a um determinado número de problemas.

Lamenta a D.G. este abandono que agora se formalisa, mas, se bem que tenha de aceitar os motivos evocados para as demissões não quer deixar de sobre elas tecer algumas considerações.

Um dos problemas de extrema importância e que está na ordem do dia, é o papel dos estudantes e particularmente do sindicalismo estudantil, no actual momento político.

A definição dos objectivos de luta dos estudantes deve obdecer, a cada momento, à estratégia definida pelas classes trabalhadoras e que estas julguem, como tal, a mais adequada para alcançar os seus objectivos últimos.

Não podem os estudantes e particularmente o seu movimento sindical definir correctamente a sua linha de actuação e assumir um papel progressista como órgão de informação política da massa estudantil, se não levar em linha de conta o actual estado de desenvolvimento da luta de classes e se não compreender quais, neste momento, os objectivos centrais da luta das classes trabalhadoras, que condicionam toda a estratégia política por estas definida.

Pensamos que toda a actuação estudantil a nível das escolas deve estar subordinada à luta mais geral que o Povo Português trava pela construção de uma sociedade profundamente democrática, passo essencial que levará à edificação de uma sociedade socialista.

Por vezes e devido à origem social do estrato estudantil e à sua não intervenção na produção, pode haver por parte dos estudantes uma não clara compreensão de quais os objectivos centrais da luta das classes trabalhadoras, o que leva a que a sua intervenção na vida política do País não corresponda ao momento histórico e aos objectivos da classe operária, contribuindo assim, não para a emancipação das massas populares, mas para o fortalecimento das forças sociais mais retrógradas e reaccionárias.

Se o Povo Português tem mostrado claramente o seu profundo empenhamento na luta contra o poder económico do grande capital monopolista, pela radical alteração do aparelho de estado facista, pelo reforço de um Poder Político que no essencial sirva os seus objectivos prioritários e se as classes trabalhadoras reforçem a sua unidade em torno da luta antimonopolista e pela construção de uma verdadeira democracia, qual deve ser o papel dos estudantes nas suas escolas ?

- Tentar por todos os meios levar a cabo acções que desenquadradas de realidade social que vivemos, não contraponham algo que contribua para a transformação de uma Universidade.

empenhada em servir os interesses do capital monopolista, numa Universidade Nova e ao serviço do Povo Português. Isto apenas conduziria à criação de conflitos estéreis no seio da Universidade provocando a degradação do Ensino e o caos nas Escolas.

Ou neste momento a função da massa estudantil não será, colocar-se ao lado do Povo Português submetendo-se à estratégia definida pelas classes trabalhadoras, avançando com medidas de fundo na reestruturação das escolas, que acompanhem as alterações que estão a ser levadas a cabo na sociedade, de modo a que a Universidade e o Ensino em geral correspondam no essencial, às necessidades do Povo Português.

Estamos convictos que a maioria dos estudantes está conscinta de qual o seu papel e quais as suas responsabilidades.

Continuar a avançar com a Reforma Geral Democrática do Ensino é a alternativa concreta e progressista que os estudantes neste momento devem opor a uma Universidade caduca e reaccionária ligada pelo fascismo.

A aplicação da Reforma Geral Democrática do Ensino que visa alterar radicalmente as estruturas e o conteúdo do Ensino, não é um processo estático, que se aplica de um dia para o outro mas possui uma dinâmica que permite que todas as alterações provocadas na política do ensino e na estrutura das escolas correspondem de facto ao avanço do processo revolucionário.

Dentro de um quadro de relações de produção capitalista a R.G.D.E. não poderá ser totalmente aplicada. A sua total concretização só terá lugar numa sociedade socialista, porque só aí é que os meios de produção, o ensino e a cultura serão controlados pela classe operária e postos ao servir de todo o Povo.

Avançar com a Reforma Geral Democrática do Ensino é a tarefa que o Povo Português espera de todos os estudantes.

Diz-se num certo ponto do texto que não é a defesa intransigente dum programa plebiscitado em determinado momento pelos estudantes que confere representatividade a uma direcção, mas sim advir essa representatividade em cada momento de uma actuação conforme a vontade dos estudantes expressa nos seus órgãos decisórios.

Ora parece-nos desde logo grande equívico afirmar-se como sem significado um programa básico de actuação associativa, na vinculação ao qual em último grau se funda o apoio dos estudantes a uma direcção por eles eleita.

Dizar-se que os órgãos de direcção devem estar sempre subordinados ao controle democrático de Assembleias é correctissimo, mas algo de muito diferente é defender-se que estas não devem ter qualquer tipo de representatividade mínima (sugere-se a abolição pura e simples do quorum!) e serão "os mais esclarecidos" e os mais activistas, que longe das massas e Assembleias de onde estas estão arredadas decidem a seu belo prazer em nome dos estudantes impondo às direcções não o cumprimento dum programa que a maioria votou mas a vinculação e decisões dessas reuniões minoritárias e onde os estudantes não estão.

O ponto está em que se é certo que a democraticidade implica um constante controlo pelas bases da actuação dos órgãos dirigentes, não é qualquer grupo indeterminado de pessoas reunidas que se pode atribuir o qualificativo de "Massas" num dado momento.

É certo porém que se alega que a exigência dum qualquer quorum pode levar à imobilização associativa, em períodos de desmobilização de massas, uma vez que os órgãos decisórios e deliberativos paralisar-se-ão se só poderem funcionar com um mínimo de representatividade. A isso responderemos em dois sentidos, por um lado é sempre mais representativa e legítima para tomar decisões uma direcção que tem atrás de si a confiança de centenas ou milhares de estudantes, do que o máximo de estudantes "activos" e "vanguarda" que num dado momento é possível mobilizar para Assembleias deliberativas, por outro se se avança para retirar o poder decisório às grandes massas estudantis para o atribuir aos "esclarecidos" isso é o primeiro caminho para desinteressar e afastar definitivamente os estudantes de problemas e discussões que eles começam a considerar como em nada lhe dizendo respeito e nas quais não participarão.

A história do movimento associativo sob o fascismo tem exemplos flagrantes e bem comprovativos daquilo em que resultam os jogos de gabinete e as deliberações das cúpulas muito longe dos estudantes e dos seus reais problemas e poder de decisão.

Mantemo-nos bem firmes na questão de reivindicarmos para os estudantes o direito de serem eles e só eles a decidir sobre o que a eles diga respeito.

Se os estudantes no acto de definição dos grandes rumos das suas actividades associativas optam maioritariamente numas eleições porque são determinados objectivos que querem prosseguir e não qualquer outros, só tem duas opções: ou continuam a aceitar o programa que votaram, e as posições que sucessivamente forem tomando em Assembleias realmente representativas apontam sempre para a concretização e explicitação desse programa base; ou então este programa já não é o aceite e os estudantes deverão partir para a total redefinição e aprovação de novas linhas programáticas de actuação.

Um outro ponto refere-se à UNEP e são três as questões essenciais que a leitura do texto suscita:

1- "A COMISSÃO PRÓ-UNEP não resultou de uma necessidade sentida pelo processo de luta actual dos estudantes nem foi fruto dum debate amplo e alargado a nível nacional." "Não decorreu de um processo democrático"

A Comissão pró-UNEP, estrutura essencialmente técnica e de coordenação surge no dia 2 de Junho por decisão largamente maioritária de um Encontro Nacional de Direcções. Surge como consequência da nova situação política que se vive no país. A sua necessidade, encontra-se perfeitamente legitimada nas lutas estudantis, desenvolvidas no tempo de fascismo pela criação da UNEP, pelos programas associativos aprovados em escolas depois de 25 de Abril, e pela necessidade dos estudantes de uma estrutura nacional, que lhes facilite e incentive a participação em tarefas tão importantes como a transformação do ensino ou a participação ao lado do povo no processo democrático em curso.

A concretização de um passo tão importante na vida do M.A. como a criação da UNEP exige uma ampla discussão no seio dos estudantes e todo um trabalho preparatório que tem que ser feito por estruturas criadas para este fim. Foi este sentido da criação da Pró-UNEP.

Dizer que a criação desta comissão não decorre de um processo democrático é confundir o que existe com a futura UNEP. Esta sim terá que surgir com "base num amplo debate a nível nacional" e todos os esforços têm sido feitos nesse sentido, de que são exemplo as propostas aprovadas no último E.N.D. que estão em discussão.

Falar em ser "prematura" a criação da pró-UNEP é negar a necessidade da criação da UNEP no mais curto espaço de tempo possível, é negar o papel importante que tiveram iniciativas como as CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO SANITÁRIA ou o SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO, impossíveis de realizar noutras circunstâncias, é negar o importante papel dinamizador do M.A. que a Pró-UNEP tem tido particularmente no ensino secundário, consubstanciado no jornal Pró-UNEP, no projecto de estatutos para as AA EE e nos inúmeros colóquios e iniciativas culturais realizadas por todas as Escolas da País, a maioria das quais constroem agora o seu movimento associativo

2- Denunciar a Pró-UNEP como "estrutura de cúpula", "instrumento burocrático" e "tentativa clara de controle do Movimento Estudantil" e, basear estas afirmações em informações deturpadas, é má política.

A Comissão Pró-UNEP, cujo campo de actuação lhe é delineado pelas direcções associativas, não tem capacidade, nem nunca tal fez, de tomar posições em nome dos estudantes portugueses. Ela tem sido de facto um valioso instrumento de trabalho, de contacto entre as AA EE e entre estas e o Governo. Quando a pró-UNEP apresenta ao Ministro do Trabalho uma moção sobre o trabalho cívico, esta resulta, como foi tornado público, dum Encontro Nacional de Direcções e expressa a posição das Direcções Associativas eleitas pelas escolas, e não o pensar de qualquer estrutura de cúpula a pairar acima dos estudantes.

Nenhuma posição foi ainda tomada nem pela pró-UNEP nem pela D.G. da A.A.C., junto de qualquer entidade governamental, quanto ao problema da superlotação, nem o poderiam ter feito, pois nada de concreto foi ainda decidido pela massa estudantil quanto a este problema. Várias iniciativas têm sido lançadas no sentido de promover essa discussão.

Quanto ao Seminário sobre Democratização do Ensino temos apenas a dizer que o numero de escolas presentes (ultrapassando a meia centena) e o numero de teses (cerca de vinte), num momento em que na

generalidade das escolas as aulas começaram há pouco tempo ou ainda não começaram, atentem bem a participação havida. Não confundimos um Seminário com um Congresso. Se a falta de discussão prévia das teses nas escolas não foi feita por manifesta falta de tempo e pelo período particular do ano, em que o Seminário foi realizado, isto não impede que as conclusões finais, fruto de ampla discussão travada durante o Seminário, não sejam uma ótima base de trabalho para todos quantos queiram debruçar-se sobre as questões do ensino em Portugal.

3-Nada se diz sobre o modo de criação da UNEP

Num momento em que se abre um amplo debate sobre esta questão, em que propostas estão em discussão sobre o modo de criação da UNEP, parece que tudo se resume a uma guerra de comadres em que, de facto, o modo de criação da UNEP é uma questão secundária.

Para nós esta questão é essencial.

Para nós este é o debate que urge travar, pois ele é que vai permitir determinar o que os estudantes querem que seja a sua organização a nível nacional e o modo de ela se constituir.

Estas são questões aparentemente secundárias se desenquadradas da questão central.

Neste momento tem de ser claro para todos que as manobras da reacção passam pela situação nas Universidades, onde a herança do fascismo é pesada; limitada a curto prazo a capacidade ministerial em superá-la e onde as forças internas, estudantes e professores, apesar de sucessos sectoriais (faculdade de Engenharia do Porto, Económicas e Letras de Lisboa por exemplo) não avançaram ainda as propostas que estão ao seu alcance.

Neste contexto os conflitos surgem necessariamente: o saneamento está atrasado e os fascistas não poderão ocupar novamente as suas cátedras, é tarefa urgente que os métodos de avaliação sejam adequados às condições de trabalho e ao modo como as cadeiras estejam reestruturadas, este próprio processo de reestruturação (métodos e conteúdos) tem de ser aprofundado. Mas na resolução de todos estes conflitos através dos quais se destroi o aparelho de Estado deixado pelo fascismo e se constroi um novo, reflexo e promotor das transformações profundas da nossa sociedade.- os estudantes têm de dar provas de grande maturidade, escolher os processos adequados, utilizar os seus órgãos democráticos: Assembleias, Comissões de Gestão, Comissões de Curso.

A reacção fará os possíveis para apontar ao País a Universidade como um centro de caos e de tumulto. Um argumento mais para justificar o retorno a uma ordem ditatorial através das quais os monopólios recuperem o poder político. Aos estudantes compete dar a resposta adequada: não desmobilizar na construção de uma nova ordem democrática nas Faculdades, distinguir entre a necessária audácia para vencer velhas forças que se reinstalam ou não foram desalojadas da actuação bem intencionada, mas aventureira, da provocação contra revolucionária mascarada de revolução. Os estudantes têm de dar o exemplo de trabalho que se lhes pede. Ao lado do Povo Trabalhador.

Esta é a grande questão de fundo que preside a todas as outras questões de aparente pormenor. Por estas linhas nos batemos. Nelas não cederemos.

A Direcção Geral da A.A.C.